

O ENSINO DE HISTÓRIA DURANTE A DITADURA MILITAR

Rosimary Piazza (PDE-UEM)¹
Dr. Angelo Priori (Coordenador-UEM)²

O presente trabalho realizado dentro do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE/SEED/UEM) tem como objetivo analisar a prática do ensino da disciplina de História ocorrido durante o Regime Militar (1964-1985) e os resquícios que exercem influência até a sociedade contemporânea. Para melhor entender o tema deste estudo será analisado a conjuntura histórica que antecedeu ao golpe militar de 1964 e os mecanismos repressivos utilizados por estes governos para restringir o caráter crítico do ensino de ciências humanas, especialmente da disciplina de História. Ela entrou em um processo de esvaziamento a partir da criação de Estudos Sociais no ensino de Primeiro Grau. Para facilitar e agilizar o processo de formação de professores que atendessem as novas exigências do mercado foram criados, no ensino superior, os cursos de licenciaturas curtas oferecendo uma formação apressada e lançando-os rapidamente no mercado de trabalho. Essas mudanças implantadas na área de ciências humanas desencadearam diversas mobilizações de profissionais ligados às Ciências Sociais, História e Geografia levando os governos posteriores a reestruturarem o ensino. Entretanto o legado deixado pelas reformas de ensino do Regime Militar influenciaram toda uma geração e os seus efeitos continuam sendo sentidos em décadas posteriores. Além de relatar a experiência de trabalhar o projeto com turmas de 8ª série do ensino fundamental.

Palavras chave: Ensino de História, Ditadura Militar, Estudos Sociais

Abstract

This present work realized within in the Program of Educational Development (PDE /SEED/UEM) aims to analyze the practice of teaching of discipline of history occurred during the military regime (1964-1985) and the vestige that influence the contemporary society. To better understand the theme of this study will be analyzed at historic conjuncture that preceded the military coup in 1964 and the repressive mechanisms used by these governments to restrict the critical character of the teaching of human sciences, especially the discipline of History. It entered into a process of emptying after the creation of Social Studies in education of first degree. To facilitate and give agility to the process of vocational training of teachers that deals with the new requirements of the market were created, in higher education, the courses of short degrees offering a training-hasty and launching then quickly in the labor market. These changes implemented in the area of human sciences triggered a lot of mobilizations of professionals linked to Social Sciences, History and Geography, leading subsequent governments to restructure the teaching. However the legacy left by reforms of education in the military regime influenced a whole generation and its effects are still senses in decades later. In addition to relate the experience of work on the project in classes 8th series of primary / fundamental education.

Key Words: Teaching of History, Military dictatorship, Social Studies

¹ Professora do Estado do Paraná desde 1993, formada em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Mandaguari (FAFIMAM), pós-graduada em Filosofia pela Universidade Estadual de Londrina (UEL).

² Professor Doutor do departamento de História da Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Introdução.

O presente trabalho tem como objetivo desenvolver uma reflexão sobre as influências exercidas pelo Regime Militar sobre o ensino da disciplina de História e seus resquícios que perduram até os dias atuais.

Para melhor compreendermos a questão do estudo da História, dentro deste contexto, torna-se fundamental fazermos um breve apanhado histórico desde a sua implantação no Brasil ocorrido no Colégio Pedro II no Rio de Janeiro, no Período Regencial como constata Elza Nadai.

“No Brasil, sob influência do pensamento liberal francês e o bojo do movimento regencial, após a Independência de 1822, estruturou-se no Município do Rio de Janeiro, o Colégio Pedro II (que durante o Império funcionaria como estabelecimento-padrão de ensino secundário, o mesmo ocorrendo na República, sob denominação de Ginásio Nacional) e seu primeiro Regulamento, de 1838, determinou a inserção dos estudos históricos no currículo, a partir da sexta-série.”
(Nadai, 1993, p.145-146)

Ainda segundo a autora, a matéria de História seria ministrada somente a partir da sexta série contando também com o agravante de que em muitos casos os professores não tinham material traduzido para o português e portanto eram obrigados a recorrer ao original em francês para ministrarem suas aulas (NADAI, 1993, p.146)

A questão do material didático para as aulas de História não foi o único obstáculo a ser ultrapassado, uma vez que a implantação do estudo de História nos currículos escolares não foi aceita pacificamente. Ela ocorreu com forte resistência até mesmo por parte das autoridades mesmo após a proclamação da República. Um exemplo dessa não aceitação foi manifestado através do discurso do senador paulista Paulo Egídio de Oliveira que afirmou:

““ A História não é uma ciência, senão, eu pergunto: qual a sua fenomenologia? A História não tem fenômenos, ou, por outra, todos os fenômenos pertencem à História, que é a trama que serve para prova de todos os conhecimentos humanos de todas as ciências. Como havemos de ensinar a história da civilização? Como a entende Burckle? Havemos de começar por começar estabelecer como certa a lei especial que desenvolve a civilização ocidental? Devia-se, ao contrário, ensinar a História da civilização, tomando por bússola a orientação de Buckle, que dá o predomínio à Nação Inglesa? Havemos de ensinar a história da civilização fazendo

pairar acima de toda a nação o elemento greco-romano e dando-lhe assim o predomínio de presidir os destinos do mundo?”” Frente a tantos e variáveis caminhos que se lhe apresentavam, não conseguindo identificar um caminho a seguir ou oferecer uma sugestão alternativa, e o que era para ele de extrema importância-“um método positivo”-, preferiu optar pela “não introdução da História da Civilização no Estado de São Paulo, como parte do programa do ensino público. (Nadai, 1993, p.147)

Esse posicionamento do senador Paulo Egídio de Oliveira se deve ao fato do mesmo não conceber a História como uma ciência dentro dos moldes do método positivista, método este que servia para analisar o pensamento crítico e científico do referido senador.

Apesar de todas as dificuldades encontradas durante a implantação da disciplina de História, é possível perceber que ao longo dos anos será considerada, uma matéria de fundamental importância para a formação do estudante brasileiro, oferecendo-lhe subsídios capazes de desenvolver uma visão mais ampla de mundo e dando-lhe uma maior capacidade crítica.

Um exemplo da influência dessa formação crítica desenvolvida pela disciplina de História manifestou-se durante, as mobilizações sociais ocorridas no Brasil na segunda metade do século XX, como a “Campanha do Petróleo é Nosso”, durante o governo de Getúlio Vargas, o comício da Central do Brasil, durante o governo de João Goulart em defesa das “Reformas de Base”, e principalmente em fatos mais recentes da história brasileira, na resistência (não apenas armada) aos mandos e desmandos da Ditadura Militar instaurada em 1964 no Brasil, entre tantos outros exemplos que poderíamos citar.

O período na História do Brasil que antecedeu o Regime Militar.

Assim, para melhor compreendermos o surgimento e o desenvolvimento do Regime Militar é possível fazer uma análise sobre o contexto histórico no qual ele foi gestado. Ou seja, discutirmos os embates políticos, ideológicos e filosóficos que aconteceram no Brasil a partir de 1945, período esse conhecido como populismo.

Não se pode ignorar que esse período foi posterior a ocorrência da Segunda Guerra Mundial. O mundo estava sofrendo os efeitos da Guerra Fria que dividia o planeta em dois blocos antagônicos: bloco Socialista liderado pela URSS e o bloco Capitalista liderado pelos USA, ao qual o Brasil alinhou-se em 1947, durante o governo do general Eurico Gaspar Dutra. Nessa época, havia no Brasil basicamente

duas vertentes políticas bem distintas. Uma, delas conhecida como entreguista defendia a desregulamentação das normas de mercado, a abertura total e irrestrita do mercado nacional às multinacionais, defendiam o liberalismo econômico aos moldes do liberalismo econômico estadunidense. Esse grupo era liderado pelo empresário e jornalista carioca Carlos Lacerda. O fato de o Brasil ter se alinhado aos Estados Unidos, veio a agradar especialmente a esse grupo de brasileiros que defendiam esse tipo de abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, apoiando especialmente a ação de empresas multinacionais estadunidenses.

Juntamente com esses setores estavam os militares brasileiros que desde a Segunda Guerra Mundial estreitavam relações com os seus pares estadunidenses, entrando em contato com a Doutrina de Segurança Nacional difundida dentro dos Estados Unidos e que visava “proteger” a sociedade contra a possível influência “comunista” apregoada tanto pelos soviéticos quanto por prováveis comunistas internos os chamados “inimigos internos” e que teriam por objetivo desestruturar tanto a democracia quanto o capitalismo. Através de cursos realizados nos Estados Unidos, nossos militares são influenciados e trazem esses ideais doutrinários para o Brasil e aqui fundam a ESG (Escola Superior de Guerra), a fim de formar a nossa elite tanto militar quanto civil. Uma das conseqüências mais visíveis desse contato foi a criação e adoção da Doutrina de Segurança Nacional, que segundo Ângelo Priori ocorria “por uma concepção de “defesa nacional””. (PRIORI, 2004, p.1). Foi justamente por defender a idéia de “segurança nacional” que mais tarde estes militares, criaram a ESG (Escola Superior de Guerra) onde podemos destacar que ela:

“(...) formulou os princípios da Doutrina de Segurança Nacional e alguns dos seus subprodutos, como por exemplo, o Serviço Nacional de Informações (SNI). Essa doutrina transformou-se em lei no ano de 1968, com a publicação do decreto-lei nº 314/68, que tinha como objetivo principal identificar e eliminar os “inimigos internos”, ou seja, todos aqueles que questionavam e criticavam o regime estabelecido.” (PRIORI, 2004, p.1-2)

Contraopondo-se aos grupos que defendiam os interesses políticos e econômicos das multinacionais, atuavam os grupos nacionalistas herdeiros políticos da ideologia populista de Vargas, que defendiam um maior controle da economia, regulamentando a atuação das multinacionais no mercado evitando assim a evasão de divisas, propiciando assim, a proteção do mercado brasileiro.

Um exemplo concreto desse nacionalismo foi o desencadeamento da campanha do “petróleo é nosso”, movimento este, que visava a nacionalização da exploração do petróleo encontrado no subsolo brasileiro. Esta campanha teve grande apoio popular e pressionou o Congresso Nacional a aprovar uma lei de cunho nacionalista durante o governo de Getúlio Vargas,

O momento crítico dessa disputa entre nacionalistas e entreguistas ocorreu após a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961. Isso porque João Goulart deveria assumir oficialmente a presidência da República, mas teve que enfrentar a oposição e a resistência dos grupos direitistas que acreditavam piamente ser ele comunista. Jango somente conseguiu exercer o direito que lhe era devido, após o desencadeamento da “campanha pela legalidade” organizada por Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul. Para poder assumir a presidência da República, e para evitar a revolta dos setores contrários a sua posse, Jango viu-se obrigado a aceitar uma medida alternativa de governo, que foi o Parlamentarismo e somente após consulta popular (plebiscito) é que pode retomar as funções para as quais fora eleito, que era a de governar o Brasil.

Entretanto, esses grupos direitistas não se deram por vencidos e se rearticularam contando com o apoio dos militares simpatizantes da Doutrina de Segurança Nacional, juntamente com o governo dos Estados Unidos tão logo Jango retoma o sistema presidencialista de governo, preocupado com a possibilidade de haver uma “nova Cuba” (só que em proporções bem maiores) na América Latina tornando-se, assim um dos principais responsáveis pela articulação e efetivação do golpe de 31 de março de 1964, que acabou substituindo o governo democrático de João Goulart por presidentes militares comprometidos com uma política voltada aos interesses da direita.

Licenciaturas curtas: simples controle ou uma forma de desestruturação da educação?

Com a implantação da Ditadura Militar a partir de 1964, as pessoas com um maior senso crítico passaram a sofrer perseguições do referido governo, sendo necessário uma forma mais sutil de contestação e defesa dos direitos democráticos e civis, manifestados através das canções de protestos, dos sindicatos de trabalhadores, das mobilizações estudantis entre outros. Refletindo sobre esse momento histórico Angelo Priori colocou que:

“Destacam-se as músicas de protesto de Chico Buarque, Taiguara, Geraldo Vandré, Caetano Veloso, Gilberto Gil, Capinam, Torquato Neto, entre outros. Mas foi a voz de uma mulher que imortalizou a canção de João Bosco e Aldir Blanco, “*O bêbado e o equilibrista*”, consagrada como o hino da anistia aos banidos e exilados políticos do país. A voz emocionada de Elis Regina, entoava com beleza singular os versos de Aldir Blanco, sobre assassinatos nos porões da ditadura, de maridos pranteados por suas “*Marias e Clarices*” e sobre a luta pela anistia aos desaparecidos, presos e exilados políticos, ao pedir a volta do “irmão do Henfil e tanta gente que partiu num rabo de foguete”. (PRIORI,2004, p.9)

Outra forma de contestação ao Regime Militar se deu através da produção cinematográfica conforme assinala Angelo Priori:

“No cinema se destacaram alguns cineastas que fizeram produções engajadas e de resistência. Filme como “*Os fuzis*” de Rui Guerra, “*Deus e o Diabo na Terra do Sol*”, de Glauber Rocha (Reis Filho, 2001), ou mesmo produções que tiveram maior alcance popular, como “*O Rei da Noite*”, “*Xica da Silva*”, “*Lúcio Flávio*”, “*Pixote*”, “*Bye bye Brasil*”, “*O homem que virou suco*” etc, procuravam mostrar a dura realidade que viviam o povo brasileiro. (PRIORI, 2004, p.9)

Com a implantação da ditadura em 1964, os representantes do novo regime de governo pretendiam transformar o Brasil até então predominantemente agrário em um país industrializado, desenvolvido. Perceberam que para realizarem suas intenções era necessário aumentar o grau de escolaridade da população, sem no entanto, aumentar a procura pelo já sufocado ensino superior. A formula encontrada para evitar esse aumento da demanda foi adotar a partir de 1969 a exigência do vestibular para que houvesse o ingresso na Universidade. Para evitar o aumento da demanda das vagas universitárias teriam que incentivar a formação profissional já a nível do ensino médio através da instituição e incentivo do ensino profissionalizante, proporcionando assim, a opção de finalização dos estudos mas com uma formação profissional definida e valorizada. (ROMANELLI, 1983, p.225).

Dada a importância que a educação estava assumindo frente as necessidades geradas pela nova estrutura econômica e social mais urbana e industrializada que o Brasil estava assumindo, o Governo deu-se conta da necessidade de um maior controle sobre o sistema educacional, sendo assim, a educação passou a ser encarada sob o ponto de vista do ideário de segurança nacional como foi colocado por Selva Guimarães Fonseca

“O papel da educação assim como as metas para o setor, estabelecidas pelo Estado Brasileiro a partir de 1964, estiveram estritamente vinculados ao ideário de segurança nacional e de desenvolvimento econômico. O projeto delineado nos Planos e Programas de Desenvolvimento, na legislação e nas diretrizes governamentais representa o ideário educacional de diversos setores internos e externos. No plano interno, temos a continuidade de experiências visando à elaboração de políticas e de tecnologia educacional, como, por exemplo, as Forças Armadas através da Escola Superior de Guerra, e os empresários através do IPES. No plano externo, há um estreitamento dos vínculos com organismos internacionais como USAID, além da OEA e Unesco” (FONSECA, 1993, p.19)

Desta forma veremos que a educação brasileira passou a ter forte influência da USAID, que desde 1961 já vinha interferindo em nossa educação e tirando grandes vantagens dessa acessoria, como demonstra Otaíza de Oliveira Romanelli:

“(…) a USAID seguiu as linhas gerais da ajuda internacional para o desenvolvimento da educação que, (...) resulta em benefícios maiores para o país fornecedor do que para o país beneficiário.” (ROMANELLI, 1983, p.215)

Ainda segundo a autora, esses benefícios foram conseguidos através de documentos assinados entre o Brasil e a USAID o qual podemos destacar os seguintes itens: 1) O Brasil daria ajuda financeira pagando tanto os estadunidenses que estivessem aqui prestando serviços como os brasileiros que fossem se “especializar” nos EUA. 2) Os estadunidenses forneceria todo o apoio técnico e assessoria de planejamento e proposição de programa de pesquisa. 3) O governo brasileiro arcaria com todas as despesas dos brasileiros que dariam assessoramento às comissões de técnicos estadunidenses. (ROMANELLI, 1983, p.215).

O projeto MEC/USAID segundo Marilena Chauí “esteve assentado em três pilares: educação e desenvolvimento, educação e segurança e educação e comunidade”. (CHAUÍ, 1978, p.148)

Tendo em vista que um dos principais objetivos do governo militar seria desenvolver o Brasil industrialmente, permitindo ampliação da implantação de multinacionais no território brasileiro, de acordo com Maria do Carmo Martins, o governo federal teria dois tipos básicos de preocupação: o primeiro se daria em relação ao ideário nacionalista baseado nos princípios de segurança nacional respeitando-se a “ordem pública” e a “hierarquia dos poderes” e o segundo diz respeito ao projeto desenvolvimentista de governo, levando em consideração a

necessidade de um mercado consumidor e conseqüentemente o trabalhador capacitado para o trabalho na indústria (MARTINS, 2007, p. 29)

A educação teria papel importante nesse sentido, ela teria que ser formadora de mão-de-obra para o setor industrial sem a necessidade de formar cidadãos críticos a ponto de poderem contestar as decisões governamentais. Por isso, não haveria a necessidade das ciências humanas formadoras de senso crítico. Pois gerava uma negação de conteúdo crítico na formação geral do educando. Em relação à negação da formação geral ao educando, Selva Guimarães Fonseca nos coloca essa questão afirmando que o objetivo seria proporcionar uma educação que levasse em conta os ideais do Conselho de Segurança Nacional cujo objetivo era controlar e reprimir as opiniões a fim de evitar ou eliminar qualquer resistência ao regime autoritário em vigor. (FONSECA, 1993, p.25)

Haveria então, a necessidade da formação do profissional qualificado para suprir a necessidade da mão-de-obra para a indústria, mas devido a urgência dessa necessidade não poderia ser uma formação completa pois demoraria muito e haveria a necessidade premente da indústria na formação de seus futuros funcionários. Outro fator de extrema importância são os dos interesses econômicos na educação . Uma vez que caberia a iniciativa privada essa gorda e muito rentável fatia da formação dos profissionais em educação de licenciatura curta. Por isso houve a necessidade de uma reestruturação do ensino superior, que culminou com várias leis que serviriam para que tal fato se tornasse possível, como é o caso do Decreto-lei nº547, de 18 de abril de 1969, que autorizou o funcionamento e organização dos cursos de licenciatura curta no terceiro grau. Referindo-se a essa lei, Selva Guimarães Fonseca fez a seguinte colocação:

“Todas estas estratégias foram acompanhadas por um ataque central à formação dos professores. No início do ano de 1969, amparado pelo Ato Institucional nº5, de dezembro de 1968, o governo, através do Decreto-lei nº547, de 18 de abril de 1969, autoriza a organização e o funcionamento de cursos profissional superiores de curta duração. Ao admitir e autorizar habilitações intermediárias em nível superior para atender às “carências do mercado”, o Estado revela ser desnecessária uma formação longa e sólida em determinadas áreas profissionais, quais sejam, as licenciaturas encarregadas de formar mão-de-obra para a educação. Enquanto isso, outras áreas de formação profissional mantiveram os mesmos padrões de carga horária e duração”. (FONSECA, 1993, p.26)

As licenciaturas curtas formariam profissionais da educação menos qualificados, pois seriam formados a toque de caixa para poderem suprir a necessidade de mão-de-obra, tornando-se desta forma, meros proletários da educação, pois não teriam a formação necessária para serem autônomos frente às imposições governamentais. Visto ser o professor supostamente o detentor do saber, seria necessário atacar justamente sua formação, tirando-lhe, a capacidade de contestação, por isso foram criados os cursos de licenciatura curta através da Lei 5692/71 que segundo Marilena S. Chauí:

“Esta e suas sucessivas portarias regulamentam a implantação de Estudos Sociais e da licenciatura curta para formar professores polivalentes em ciências humanas no irrisório prazo de um ano e meio.” (CHAUÍ, 1978, p.148)

Nessa “imposição” do saber polivalente na área de Estudos Sociais, juntamente com o curto período de formação do profissional em educação e conseqüentemente a baixa aquisição de conhecimentos, serão os responsáveis pela falta de um espírito crítico nos futuros educadores que dessa forma, por falta de subsídios (conhecimento), também formarão “cidadãos” acríticos, sem capacidade de contestar ou protestar contra o que acham que não é direito, caminhando dessa forma para a formação da “geração do deixa para lá”, já que não há a consciência de luta comum para algo melhor ou a “consciência” de que nada que se faça fará a diferença para melhorar as coisas, uma vez que não depende de nós.

A reestruturação do ensino de História em fins dos anos 70 e início dos anos 80

Sendo assim dentro desse contexto de forte controle autoritário sobre a educação, algumas matérias tiveram especial controle do regime militar, dentre elas destacamos as ciências humanas como a Geografia e a História. Seu controle se deu por motivos óbvios, pois segundo a professora Maria Inêz Lemos Soares:

“O ensino de História pode mostrar ao homem que ele é capaz de mudar a sua própria história, mesmo que não seja um herói. Aí ele é levado a pensar sobre si mesmo e sobre as injustiças que o cercam” (LAGÔA. 1991, p.15)

Como a formação crítica não era o objetivo do governo em relação à formação do profissional de História a sua capacitação, através de uma formação plena, a

licenciatura curta em Estudos Sociais veio a atender plenamente esse objetivo pois segundo Déa Fenelón, em texto citado por Selva G. Fonseca,

“o professor idealizado para produzir esse tipo de ensino deverá, portanto, ser submetido a um treinamento generalizante e superficial, o que conduzirá fatalmente a uma deformação e a um esvaziamento de seu instrumental científico. Não há que pensar em fornecer-lhe elementos que lhe permitam analisar e compreender a realidade que o cerca. Ele também não precisa refletir e pensar, deve apenas aprender a transmitir.” (FONSECA, 1993, p.28)

A implantação de Estudos Sociais no lugar das Ciências Humanas, teve como um de seus objetivos despertar o civismo nos educandos, uma vez que seus conteúdos dariam prioridade principalmente aos “fatos históricos e heróis” brasileiros

De acordo com Helenice Ciampi e Conceição Cabrini o processo para instituir definitivamente Estudos Sociais e extinguir História e Geografia dos currículos escolares deu-se quando foi feita a proposta de extinção da graduação a nível superior em História e Geografia, através do parecer de Paulo Nathanael Pereira de Souza, segundo a qual as duas graduações seriam reduzidas a meras habilitações no interior da licenciatura plena em Estudos Sociais. (CIAMPI & CABRINI, 2007, p.16)

Com a reforma implantada pela Lei 5692/71 o controle e a preparação de conteúdos passa a ser exclusividade do governo, que monopoliza o ensino em todas as áreas do conhecimento através da imposição e da determinação dos programas com as matérias a serem dadas através de livros didáticos escritos à semelhança dos programas adotados em grande escala segundo nos esclarece Selva G. Fonseca.

Além desse controle sobre a formação do profissional em educação, uma outra forma de controle será o programa curricular imposto ao ensino de História que será extremamente rígido quanto ao que ensinar e como ensinar, impedindo uma análise crítica dos fatos pois,

“O programa curricular imposto durante o Regime Militar, com a Reforma do Ensino de 1971, impunha um Ensino diretivo, acrítico, no qual a História aparecia como uma sucessão linear de fatos considerados significativos, predominantemente políticos e militares, com destaque para os “grandes nomes”, os espíritos positivos que conduzem a História” (LIMA E FONSECA, 2007, p.55)

A criação dos “Guias Curriculares”, teve como objetivo nortear o professor em sua prática cotidiana, pois no “Verdão” o professor encontraria a sua disposição, uma listagem dos conteúdos que “deveriam” ser trabalhados em cada série, além dos objetivos propostos para cada assunto, uma vez que a junção de História e Geografia em “Estudos Sociais” provocou entre os professores um total descompasso quanto a forma de ensinar e o que ensinar, já que a mistura entre os conteúdos foi muito grande.

A fim de superar esse obstáculo, o Estado de São Paulo em 1973, formou uma equipe com 34 professores englobando os três níveis de ensino para que estes formulassem o programa de Estudos Sociais, sendo que apenas três elaboradores (especialistas) assinaram a versão definitiva do programa (MARTINS,2007, p.36)

Para efetivar esse controle sobre a educação, foi implantada a licenciatura curta, que trouxe grandes lucros às escolas particulares principalmente a nível superior, já que caberia a elas, a formação em licenciatura curta de Estudos Sociais e ciências.

Uma vez que em Estudos Sociais o saber foi fragmentado, não poderia proporcionar uma boa base do conhecimento ao profissional em educação. Isso acabou refletindo no ensino de primeiro e segundo graus, pois segundo Nadai,

“A ditadura implantada com o movimento militar de 1964 desfechou também um golpe nas diferentes experiências de ensino. Escolas fechadas, professores e alunos presos e respondendo a processos-crimes foram algumas das formas usuais de tratamento por parte dos novos donos do poder”.(NADAI, 1993,p.157).

A História passou a servir como justificadora do sistema governamental vigente, pois terá a sua estrutura de ensino toda voltada para atender as bases ideológicas dos militares obtendo respostas isoladas e totalmente descontextualizadas, impedindo assim uma reflexão mais crítica, visto que o homem comum não era visto como um ser participante da construção da história a qual estava inserido,

“(…).Essa concepção de História, baseada nos princípios das “leis científicas e racionais” que regem a sociedade, exclui a ação histórica das diferentes classes que nela atuam, as experiências e os projetos diferenciados, tornando sujeitos históricos aqueles que invariavelmente e “naturalmente” conduzem os destinos da nação e da comunidade. Ao mesmo tempo, legitimam os condutores do momento e realizam um simulacro da participação de todos pela lógica da identidade”.(FONSECA,1993, p.68-69)

Apesar dessa aparente conformidade dos educadores em História com a situação, veremos que houve algumas resistências em relação à implantação do curso de Estudos Sociais a nível de terceiro grau, como foi o caso em 1976 quando a UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) através de Seu Conselho de Graduação recusou-se a implantá-la em seu currículo. Com isso opôs-se frontalmente as determinações do MEC, em julho de 1976 externado no:

“Congresso Anual da SBPC- Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência foi feito um manifesto oficial contra às licenciaturas em Educação Geral e solicitou o fim de Estudos Sociais no primeiro e segundo grau e licenciatura curta ou plena em Estudos e a participação das instituições universitárias, científicas e profissionais no processo de elaboração das políticas nacionais”. (FENELON,1984, p.18)

Essa reação da UFMG, abriu precedentes para que outros setores da sociedade e outras instituições de ensino superior passassem a exigir o fim das licenciaturas curtas e o fim de Estudos Sociais. Nos anos 80 a História, tornou-se alvo das discussões e propostas de mudanças no ensino de primeiro grau. Selva Guimarães Fonseca faz a seguinte colocação a esse respeito.

“Assim, os anos 80 são marcados por discussões e propostas de mudanças no ensino fundamental de História. Resgatar o papel da História no currículo passa a ser tarefa primordial depois de vários anos em que o livro didático assumiu a forma curricular, tornando-se quase que fonte “exclusiva” e “indispensável” para o processo de ensino-aprendizagem.”(FONSECA,1993, p.86)

Nesse processo de reformulação do currículo de História, em estados como Minas Gerais e São Paulo os professores foram sujeitos participantes do processo, porém sem tempo hábil para discussões, o que demonstra um sistema viciado, aos moldes da ditadura.

A universidade, espaço onde se “produz” o profissional em História tem estreita relação com o ensino de História, já que possuem vínculos como aponta Selva Guimarães Fonseca:

“O primeiro dá-se pela tarefa da universidade como centro de formação de professores de História para o 1º e 2º graus. O segundo vínculo é pelo papel da universidade como produtora e divulgadora de conhecimento histórico. Entretanto, as relações estabelecidas por estes dois espaços de produção e reprodução do saber – Universidade e Escola Fundamental - variam de acordo com as concepções teórico-

metodológicas e, sobretudo, políticas das forças atuantes em cada época.”
(FONSECA,1993,118-119)

No tocante a essa relação Universidade X Escola Fundamental, coube à primeira a elaboração de todo saber didático, uma vez que era de responsabilidade do professor universitário a elaboração do currículo que seria utilizado de 1º e 2º graus.

Nasceu dessa relação, uma verdadeira ditadura acadêmica, já que para “facilitar” a vida dos professores do ensino fundamental e médio, os professores universitários que elaboravam o currículo, passaram também a elaborar os livros didáticos que estavam de acordo com os mesmos, tirando o poder de decisão quanto a elaboração do currículo e ao conteúdo a ser estudado em sala pelos professores que não fizessem parte da academia, ou seja, foram reduzidos a meros reprodutores do saber produzido na universidade.

Dentro desse contexto educacional no qual estava inseridos os Estudos Sociais, visto que os professores de primeiro e segundo grau não estavam capacitados para lidarem com essa mistura feita entre os conteúdos de História e Geografia,era agravado pelo fato de não terem a opção de participar da escolha dos conteúdos a serem ministrados em sala e os Planos Curriculares ou os Guias Curriculares a eles impostos não lhes darem outra informação a não ser os conteúdos selecionados por série, seus objetivos, etc., teria o agravante de que os mesmos não traziam em seu interior uma bibliografia a qual o professor pudesse consultar e se aprofundar sobre o assunto a ser trabalhado com os alunos.

Foi justamente esse despreparo que abriu espaço para que alguns responsáveis pela elaboração dos Planos Curriculares se tornassem os maiores vendedores de livros didáticos da época, uma vez que esquematizavam todo o conhecimento a ser trabalhado dentro das páginas dos seus livros, proporcionando ao “professor reprodutor” uma melhor condição de trabalho. Podemos destacar como um dos livros didáticos mais utilizados da época os livros da professora Elza Nadai e Joana Neves.(MARTINS,2007, p.41)

As conseqüências dessa separação universidade-escola fundamental e médio, se fez sentir nas palavras de Selva Guimarães Fonseca da seguinte forma:

“Os problemas do ensino de história no 1º e 2º graus eram também problemas das universidades. (...) uma vez que nelas se formaram o professores, delas saíram os “melhores livros didáticos”, os guias curriculares e os cursos de atualização.Entretanto, a academia não assume estes problemas e, pretendendo-se

separar do social, culpa os outros pela “feiúra”, pela “ideologização” e pelo baixo nível do ensino de 1º grau. A função básica de ensino-pesquisa e extensão permanecia circunscrita nos próprios limites da universidade.”(FONSECA,1993, p.122)

Aplicação do Projeto de Intervenção na escola

Para implementação do “projeto PDE” na escola houve muitas dificuldades.

Num primeiro momento, nem sempre o assunto escolhido para o projeto era viável no segundo bimestre, que foi o espaço para a aplicação do mesmo. Para se decidir qual era a melhor forma de se fazer a implementação, teria sido necessário que os professores PDE 2007 tivessem sido informados sobre a data da implementação no início do ano para que pudessem fazer os acertos necessários no planejamentos, já organizando o assunto da implementação de acordo com o assunto a ser tratado e planejando a melhor forma de introduzir o assunto dentro da matéria a ser trabalhada com o aluno, para que esse tivesse um melhor aprendizado, não ser feito a toque de caixa como foi.

Fato esse que gerou muito desconforto, pois se fez necessário parar a matéria que se estava ensinando para que assim se encontrasse uma forma que possibilitasse ao aluno entender o salto histórico que estava sendo dado, uma vez que o assunto escolhido foi a “Ditadura Militar”.No momento em que a SEED avisou que seria iniciado o “Projeto de Intervenção na Escola” o assunto que estava sendo tratado em sala era a “Primeira Guerra Mundial” para posteriormente tratarmos da “Revolução Russa”, sendo que esse último juntamente com a “Guerra Fria” seria de vital importância para o aluno compreender, no caso brasileiro, a postura adotada pelos militares e, segundo a visão deles, da necessidade de se “preservar” a moral e os bons costumes livrando a sociedade brasileira do assédio indevido e indesejado dos comunistas.

Para que o aluno pudesse compreender a sucessão dos fatos, foi elaborada uma linha do tempo onde foram colocados todos os fatos relevantes para que os mesmos pudessem acompanhar as causas que levaram a implantação no Brasil do que seria a “Ditadura Militar”, os fatos que na visão dos militares da época (e até hoje na visão de alguns remanescentes) explicariam as atitudes adotadas, perseguições desfechadas sobre aqueles que ousavam contestar suas decisões e principalmente sua influência no andamento da escola, mais especificamente seus atos para formar e controlar a nova massa de trabalhadores da indústrias.

Tão logo foi iniciado o projeto, o primeiro passo foi explicar aos alunos a necessidade de se interromper a matéria que estava sendo trabalhada (seqüência) e iniciar uma linha do tempo onde foram colocados os principais fatos que fariam a ligação (ponte) entre a Primeira Guerra e a divisão do mundo entre os grupos comunistas e capitalistas.

Após haver trabalhado a bipolarização mundial, e explicado a influência dos Estados Unidos na formação doutrinária dos nossos militares após a Segunda Guerra Mundial passei a trabalhar a formação da DSN que influenciou na formação da Escola Superior de Guerra responsável pela formação tanto de militares quanto de civis que pertenciam à elite “pensante” e econômica brasileira e sua influência no combate no que criam eles ser o regime comunista de João Goulart. Para tanto, foram pegos artigos de fácil compreensão para o aluno.

Como o objetivo principal era frisar além do Regime Militar a influência e o controle da Ditadura sobre a educação, trabalhei com os alunos o texto escrito para o OAC onde é feita a colocação da influência e os motivos que levaram os militares a controlarem a formação profissional do professor e o rígido controle sobre o conteúdo a ser trabalhado com os alunos após o golpe.

Para facilitar o aprendizado dos alunos e despertar o interesse dos mesmos pelo assunto, foi primeiramente feita uma pesquisa em sala sobre quantos alunos teriam acesso ao computador e a internet. Depois de constatado que quase todos da sala tinham acesso aos dois, foi feita outra pesquisa sobre quem teria acesso a objetos de multimídia e que saberiam utilizá-los para que fizessem um trabalho em equipe.

Constatada a possibilidade de se fazer o trabalho, a sala foi dividida em oito (8) equipes sendo que cada equipe teria obrigatoriamente que ter pelo menos um computador com um aluno que soubesse manusear tanto a internet quanto os aparelhos multimídia.

Cada equipe ficou com um assunto diferente a ser trabalhado, a distribuição dos assuntos foi feita por sorteio e os assuntos foram os seguintes:

- 1-Presidente Humberto Castelo Branco
- 2-Presidente Arthur da Costa e Silva
- 3-Presidente Emílio Garrastazu Médici
- 4-Guerrilha do Araguaia
- 5-Presidente Ernesto Geisel
- 6-Presidente João Baptista de oliveira Figueiredo
- 7-Movimentos das Diretas Já

8-Censura.

As regras para apresentar os trabalhos seriam as seguintes: as equipes teriam que fazer pesquisas na internet, livros ou o material que encontrassem sobre o assunto que havia sido sorteado para eles e montar slides com a explicação do conteúdo, que poderia conter, além da parte escrita, imagens, som ou vídeos.

Os alunos fizeram as pesquisas, conseguiram os materiais necessários para montarem os trabalhos, mas na hora de apresentarem não foi possível utilizarem o material visto que o programa utilizado não era compatível com os aceitos pela TV Pendrive. Mesmo assim, foi feita uma exposição oral a respeito do assunto da equipe.

Problemas enfrentados para a efetivação da proposta.

Como o assunto trabalhado foi sobre a História Brasileira, houve vários percalços a transpor.

O primeiro deles diz respeito ao uso das tecnologias, uma vez que não fomos devidamente treinados para o uso nem da TV Pendrive e muito menos do computador e os programas a serem utilizados para a elaboração das aulas com os nossos alunos, esse foi um dos motivos do “fracasso” na utilização dos computadores no trabalho proposto para os alunos.

Apesar de haver encontrado um vasto material de documentários sobre a Ditadura Militar na internet, não foi possível utilizá-los já que o formato baixado da internet não era compatível com o da TVPendrive.

Em segundo lugar, o problema foi encontrar os filmes sugeridos para se trabalhar o assunto “Ditadura Militar”. O filme proposto foi Batismo de Sangue, apesar de ser um filme novo (2007) não foi encontrado em nenhuma locadora da região, sua aquisição seria possível somente via internet (aí o problema seria o alto custo do filme) e mesmo assim haveria certa demora na entrega. No que diz respeito a produções brasileiras, há certa resistência das locadoras em trabalharem com esse tipo de material, fato esse comprovado nas palavras de uma proprietária de locadora quando fui procurar pelo Batismo de Sangue, esta me respondeu da seguinte forma:

- “Estive com esse filme na mão, mas quando me avisaram que era brasileiro, não quis trazê-lo, pois não teria uma saída muito boa”.

Após a realização dos trabalhos pelas equipes, ainda ficou uma lacuna na

compreensão do tema.

A fim de suprir essa defasagem gerada pelo fato do não domínio tecnológico por parte da professora, fato que impediu um aprofundamento maior na compreensão do assunto por parte dos alunos. Uma vez que a parte visual, que se daria através de vídeos e documentários, não foi totalmente cumprida, foi contactado um ex-presos político o “Dr. Osvaldo” e visto a possibilidade dele dar uma palestra aos alunos contando-lhes sua experiência como preso político. Foi um verdadeiro sucesso já que a experiência e o fato de ter vivido o problema da perseguição foram extremamente importantes para a compreensão dos fatos segundo o ponto de vista dos alunos.

Considerações finais.

Pudemos constatar que por se tratar de uma matéria que trata com o conhecimento, com a causalidade dos fatos, seria necessário ao Regime Militar controlá-la de tal forma que não oferecesse perigo aos seus intentos.

Para tanto, tratou de desestruturá-la na formação de seus profissionais, capacitando-os da forma mais ineficaz possível, tirando-lhes a capacidade de formular por conta própria suas opiniões, de transmitir aos seus educandos conhecimentos de tal forma que lhes permitisse ver e contestar as ações autoritárias e contraditórias do Regime Militar.

Mas, mesmo com as perseguições desencadeadas àqueles que ousavam contestar as decisões governamentais, em fins dos anos 70 e início dos anos 80 as instituições de ensino, notadamente as Universidades começaram a debater sobre a reestruturação do ensino de História, surgindo aí várias correntes que defenderiam formas diferentes de se estruturar os novos currículos escolares de História .

Surgirão nesse contexto, professores que se especializarão em formular esses currículos escolares e, como os professores da rede estadual de ensino não estão aptos a aplicá-los devido à deficiência de sua formação a nível de terceiro grau (licenciatura curta ou formação em Estudos Sociais) preencherão esta defasagem, fornecendo-lhes os livros didáticos de acordo com os currículos formulados por eles próprios.

Na década de 1990, foi colocado que o professor deveria fazer uso das novas tecnologias disponíveis , sem que no entanto houvesse um investimento na

formação do professor, a fim de capacitá-lo para o uso das tecnologias em sua prática cotidiana em sala de aula .

“Paralelamente, o “dilúvio” de informações, com a incorporação e uso das diferentes linguagens (imprensa, programas de TV, vídeos, CD-ROMs) , exige uma formação contínua e permanente, mas as condições concretas (materiais e pedagógicas) da escola não viabilizam essa prática” (CIAMPI & CABRINI,2007, p21)

Ficou claro no estudo realizado até o presente momento, que a questão Universidade X Ensino Básico ainda não encontrou um final feliz, ainda não foi possível encontrar um ponto satisfatório para a questão, uma forma de incluir o professor do Ensino Fundamental e Médio nas discussões e descobertas das Universidades, para que todo o conhecimento adquirido e armazenado nas Universidades chegue ao Ensino Fundamental e Médio de forma mais democrática, para que seja melhor aproveitado.

Já no tocante a aplicação dos projetos PDE em sala de aula, temos que levar em conta os acertos e desacertos justificáveis uma vez que se trata da primeira turma e ainda há um longo caminho a percorrer.

Agora, esperamos que esse projeto seja levado adiante e que o contato da Universidade X Ensino Fundamental e Médio não seja promovido somente durante o curso do PDE, mas que haja realmente o comprometimento dos órgãos competentes para que essa aproximação entre os três níveis de ensino possa continuar, mesmo após o término do curso.

Dessa forma, somente através desse “intercâmbio de conhecimento” que é tão necessário para o resgate da qualidade do ensino em todos os níveis é que poderemos a curto e médio prazo realizar o grande sonho de um ensino que realmente tenha qualidade, que realmente prepare o nosso aluno não apenas para ser um cidadão brasileiro, mas que o prepare para ser o “cidadão brasileiro capaz de pensar e lutar pelos seus ideais”.

Referências bibliográficas

ALVES, Maria Helena M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1989.

ARNS, Paulo Evaristo. *Brasil nunca mais*. São Paulo:Vozes.

BITTENCOURT, Circe (org). *O saber histórico na sala de aula*. São Paulo: Contexto, 2002.

CERRI, Luiz Fernando (org). O Ensino de História e a Ditadura Militar. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2003, 2ª ed.

CHAUÍ, Marilena. A Reforma do Ensino de História. Discurso nº 8. São Paulo: FLCH/USP, 1978.

CIAMPI, Helenice e CABRINI, Conceição. Ensino de história: histórias e vivências. In: CERRI, Luiz Fernando. (org). O Ensino de História e a Ditadura Militar. 2ª ed. Aos Quatro Ventos, 2007.

DUTRA, José Carlos. A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna. Revista de Sociologia e Política. Nº 22, p.195-208 - Curitiba jun. 2004- in:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782004000100014&lng=pt&nrm=iso – Acessado em 04 dez.2008.

FENELON, Déa Ribeiro. A questão de estudos Sociais. In: ZAMBONI, Ernesta. (org.) CEDES. São Paulo: Cortez, 1984.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Revista brasileira de História. V. 24 n. 47 p. 29-60.- São Paulo 2004. In: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v24n47/a03v2447.pdf> - acessado em 04 dez. 2008.

FONSECA, Selva Guimarães. Caminhos da História Ensinada. São Paulo: Papyrus, 1993

LAGÔA, Ana. História: O bonde que a escola perdeu. Revista Nova Escola. nov.1991

LIMA E FONSECA, Thais Nívia de. O ensino de História do Brasil: concepções e apropriações do conhecimento histórico (1971-1980). In: CERRI, Luiz Fernando (org). O Ensino de História e a Ditadura Militar. 2ª ed. Aos Quatro Ventos, 2007

MARTINS, Maria do Carmo. Currículo, cultura e ideologia na ditadura militar brasileira: demarcação do espaço de atuação do professor. In: CERRI, Luiz Fernando. (org). O Ensino de História e a Ditadura Militar. 2ª ed. Aos Quatro Ventos, 2007.

NADAI, Elza. O Ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. Revista Brasileira de História. Vol. 13, nº 25/26. São Paulo: AMPUH/Marco Zero, 1993.

PRIORI, Ângelo . Violência y Repressión contra los movimientos sociales en Brasil, durante la dictadura militar. In: Dalla Corte, G. Relaciones Sociales e ditadura en América: Barcelona: Publicacions i edicions, 2004.

PRIORI, Ângelo. A doutrina de Segurança Nacional e o Manto dos Atos Institucionais durante a Ditadura Militar Brasileira. Revista Espaço Acadêmico. nº

35 – abr. 2004. In: <http://www.espacoacademico.com.br/035/35priori.htm>. Acessado em 11 de dezembro de 2008.

PRIORI, ÂNGELO. Os cadáveres (e os fantasmas) insepultos da ditadura militar. *Revista Espaço Acadêmico*. Nº 76- Set. 2007 – Ano VII. In: <http://www.espacoacademico.com.br/076/76priori.htm>. Acessado em 11 de dezembro de 2008.

REIS, Filho, D.A. *Ditadura Militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001

RODRIGUES, Elaine. Reformando o ensino de História: lições de continuidade. *História*, 2004, vol.23, no.1-2, p.49-68. In: <http://www.scielo.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/>. Acessado em 04 de dez. 2008

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil (1930/1973)*. 4ª ed. Petrópolis:1983

SODRÉ, N.W. *Vida e morte da ditadura. 20 anos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1984.